



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02 /20

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 27 DE JUNHO
DE 2020**

Aos vinte sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Alcochete e Fórum Cultural de Alcochete, pelas 14:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Bruno José Pereira Soares e Ana Lúcia Felgueira Maduro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Rodolfo Soares Marques Pereira, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Susana Isabel Marques Pereira Maia e Maria de Fátima Lima Vieira.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, Ana Mafalda Boieiro Marques e Alexandra Isabel da Silva Braz.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da junta de freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à minuta da ata)-

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à minuta da ata)

- Henrique de Meneses Infante da Câmara, justificou a sua ausência por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Rui da Graça Santa. (Documento anexo à minuta da ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivos de ordem pessoal, tendo sido substituída por Ana Cristina Tavares Brandão. (Documento anexo à minuta da ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Estêvão António das Neves Boieiro, Jorge Manuel Pereira Giro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão ordinária realizada em 26 de setembro de 2019

Submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- Álvaro Costa:

Colocou as seguintes questões:

- Desorganização dos transportes públicos dos TST durante a pandemia que prejudica os utentes, dada a redução no número de carreiras, dificultando ainda mais a sua deslocação e obriga a que os autocarros circulem lotados, o que é de todo desaconselhável face às instruções da DGS. Em face disso solicitou que a situação seja revista.

- Solicitou também um ponto de situação, referente às seguintes obras: Miradouro “Amália Rodrigues”, rua do Láparo e escola do Valbom.

- Diogo Mourão:

Solicitou esclarecimentos sobre:

- Requalificação da estrada Real,

-Sítio das Hortas,

-Furo na Fonte da Senhora,

-Obras na Coophabitual, no sentido de saber se já foi emitido o Visto do Tribunal de Contas.

-Rua do Láparo: questionou se no projeto inicial da obra estava previsto o passeio curto frente á carpintaria, ou se houve alguma alteração.

Afirmou que ficou surpreendido com um comunicado sobre uma suposta afirmação do presidente da câmara quanto ao nível da eficiência e eficácia dos trabalhadores do privado superiores aos do público. Ao invés do referido no comunicado, tem conhecimento é de que o atual executivo tem melhorado significativamente as condições de trabalho dos operacionais da câmara, através da aquisição de nova maquinaria, fardamentos, entre outros, não esquecendo a reabilitação do edifício dos Paços do Concelho, para além de elogiar os funcionários da câmara no desempenho das

suas funções. Atendendo a isto, questionou se é verdadeira a afirmação referida no citado comunicado, em virtude de as reuniões de câmara não terem público.

- Ana Luísa Lourenço:

Questionou sobre as seguintes obras paradas no concelho:

- Furo na Fonte da Senhora, para quando está prevista a sua ligação à rede elétrica?

- Albergue da Juventude, Polidesportivo do Valbom e obras da Coophabitual qual o ponto de situação?

- Está ou não em funcionamento a unidade móvel de saúde no Passil e na Fonte da Senhora?

- Natacha Patinha:

Questionou relativamente à vacinação antirrábica e reconhecimento eletrónico, dado ter chegado ao seu conhecimento que a mesma não ocorreu no Passil na data calendarizada (21 de maio e 15 de junho). Em relação à Fonte da Senhora apesar de haver data prevista, ainda não foi solicitada a chave à junta de freguesia.

- Andreia Sousa:

Para esclarecimento dos munícipes, solicitou informação sobre o número de casos ativos de Covid 19 no concelho e se os mesmos estão a ser vigiados e se trata de casos importados.

Questionou em relação ao início do ano letivo, se estão a ser planeadas algumas medidas preventivas e se já há um plano de contingência delineado.

Congratulou-se com o facto de a presente sessão ser transmitida *on-line*, dado assim, contribuir para que a mesma chegue a mais pessoas, contudo, também questionou sobre a hipótese de as sessões poderem vir a acontecer de forma digital?

- Luiz Batista:

Mostrou estranheza pelo facto de sendo tão fácil, porque motivo o *streaming* das reuniões de câmara, continua a não ser disponibilizado on-line, dado ser nestas reuniões que são tomadas a maior parte das decisões que afetam os munícipes.

Referiu que leu com bastante atenção a entrevista do presidente da assembleia municipal ao jornal “Alcochete” e concorda com ele quando refere: “A assembleia municipal deveria ter um papel mais importante na tomada de decisões.”

Porém, entende que um exemplo de desvalorização deste órgão foi o que se passou durante o período de pandemia. Durante este período a assembleia municipal eleita não existiu, nem sequer os seus membros foram informados da circular da DGAL, de 19 de março, que continha as diretivas de funcionamento dos órgãos autárquicos (apenas agora tomaram conhecimento).

Referiu que contrariamente à assembleia, a Junta de Freguesia de Alcochete fez bem quando promoveu a divulgação da circular pelos membros da assembleia de freguesia.

Outro exemplo de desvalorização, na sua opinião, aconteceu quando não foi comunicada à assembleia municipal, no prazo de 48 horas, a deliberação tomada em reunião de câmara para isentar a ocupação do espaço público, porque a competência para deliberar sobre esta matéria ser do órgão deliberativo. Salientou que esta informação apenas chegou no dia de ontem, após sua solicitação.

Salientou que dado o Estado de Emergência, o acompanhamento das decisões tomadas em reunião de câmara apenas foi feito através das redes sociais e dos meios de propaganda do município, pelo que desta forma, se torna difícil fazer um trabalho de fiscalização e acompanhamento dos atos do executivo. Existem canais adequados de transmissão à assembleia municipal, porém isso não foi utilizado.

Questionou sobre a limpeza de terrenos particulares e públicos, dado que já se está no verão e alguns deles ainda não foram limpos e também sobre a situação da prestação de cuidados médicos no Centro de Saúde de Alcochete, afirmando que existem muitas pessoas sem apoio médico e sem remarcação de consultas adiadas, levando a uma situação de descalabro, servindo apenas para a prescrição de medicamentos.

- Presidente da assembleia municipal:

Em resposta à deputada Andreia Sousa, explicou que a realização da presente sessão é possível porque a legislação o permite, considerando preferível que seja feita desta forma, a estarem todos em casa a falar através do computador, a menos que no futuro venha a ser obrigatório para além de que desta forma o público não poderia participar.

Respondendo ao deputado Luiz Batista, reiterou que as assembleias municipais deveriam ter um papel mais importante que aquele que têm, contudo, a importância destas também depende muito de cada deputado, dado que muito do que se pode dar ao concelho, depende em muito daquilo que se faz neste órgão.

Referiu que tomou conhecimento do despacho da DGAL através do deputado Luiz Batista (telefonou-lhe para lhe dar conhecimento que a sessão de abril iria ser suspensa), o que comprova que já conhecia o Despacho há mais tempo e não como referiu.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado Álvaro Costa esclareceu que a gestão dos transportes públicos no concelho é da inteira responsabilidade da AML. Porém, independentemente da gestão, esta foi sempre uma área com a qual o executivo se preocupou desde que tomou posse, lembrando a criação do passe único.

Esclareceu também, que a AML se encontra a desenvolver os procedimentos necessários para entregar a questão dos transportes a uma entidade/consórcio e que a câmara tem vindo a acompanhar e tem apelado (não só por via da pandemia) através de uma conversa permanente com o Secretário-Geral da AML – Carlos Humberto – para uma tomada de consciencialização no que respeita ao concelho de Alcochete, em relação à supressão de algumas carreiras (sendo que se tiver que acontecer, que não sejam suprimidas as carreiras de hora de ponta).

Disse ainda, que o executivo tem vindo a exercer pressão, no sentido de os TST assumirem as suas funções, até porque a câmara paga para esse efeito.

Quanto à obra do Miradouro “Amália Rodrigues”, explicou que como já é do conhecimento público, a câmara rescindiu a obra com a firma que a estava a desenvolver. A empresa colocou a câmara em Tribunal de 1.ª Instância e este deu razão à câmara municipal.

Após isso, foi desenvolvido um novo procedimento concursal depois de efetuada uma análise ao mercado. Concorreram 5 entidades e de entre estas, uma apresentou uma proposta com um preço anormalmente baixo, tendo a mesma sido questionada sobre o facto. Após a resposta, o júri do concurso está a analisar a mesma. Posteriormente será apurado o vencedor e será o assunto levado a reunião de câmara e após deliberação será remetido ao Tribunal de Contas para emissão do Visto.

Em relação à requalificação do espaço da Coophabital, informou que a câmara, com toda a legitimidade deu início à obra sem o Visto do Tribunal de Contas. No momento, a câmara continua a aguardar uma resposta do Tribunal de Contas, estando a ser elaborado um procedimento que alega não só questões públicas, entre outras, para poder reiniciar os trabalhos da obra.

Com autorização do presidente da assembleia municipal, passou a palavra ao vereador Pedro Lavrado para prestar esclarecimentos referentes à obra da rua do Láparo, tendo este afirmado que o prazo da empreitada terminará em julho e que o empreiteiro está a fazer todos os esforços para que isso aconteça. É provável que fique alguma coisa por concluir, mas a situação será avaliada.

Em relação ao referido passeio estreito junto à rua da Bracieira, esclareceu que quando a câmara pegou no projeto não estavam feitas as negociações com os proprietários que teriam que fazer cedência de terreno. Foi com este executivo que foram feitas. Havia duas situações que foram detetadas por se entender que não faziam sentido: uma era a do passeio muito estreito à rua da Bracieira onde a ciclovía faz a transição do nó para o outro lado da faixa de rodagem e outra, era junto ao *Intermarché*, onde a ciclovía circula no lado esquerdo e no lado direito também tinha um passeio de cerca de 50 centímetros, ou melhor aí não ficava com passeio, a seguir a um condomínio privado que ali existe e se entendeu não fazer sentido.

Iniciaram as negociações com os dois proprietários, que fica junto ao *Intermarché* e conseguiu-se chegar a bom porto e a obra já se encontra a ser executada de acordo com o que foi negociado, ou seja, o muro foi recuado e a curva não ficará tão acentuada e terá um passeio de mais ou menos 1,5m.

A outra situação junto à rua da Bracieira, tinha duas situações: um passeio muito estreito e a curva com entrada para a rua também ser estreita e deveria ser alargada (os terrenos são dos mesmos proprietários).

Porém, aconteceu que no decorrer das negociações a proprietária adoeceu gravemente e ainda se encontra incapacitada de tomar decisões. O esposo não quis tomar a decisão e os filhos também não, daí que, lamentavelmente, a situação não possa ser resolvida. Mas, a obra não podia parar e foi decidido continuar de acordo com o projeto, tendo apenas uma alteração que é a questão do muro junto ao *Intermarché*.

Em relação à escola do Valbom, o prazo de conclusão é o dia 11 de julho, mas tal não será possível. O empreiteiro encontra-se a elaborar um Plano de Trabalhos modificado para poder entregar à câmara, que o analisará e avaliará e levará a reunião, para deliberação.

Afirmou que estão a ser feitos todos os esforços para que no próximo ano letivo esteja tudo em condições para o seu início.

Quanto à obra na *Coophabital* esclareceu que em fevereiro a câmara apresentou o recurso à recusa do Visto do Tribunal de Contas e até à presente data ainda não obteve resposta.

- Presidente da câmara:

Complementou a anterior intervenção, dizendo que no âmbito do que foi a negociação com os proprietários dos terrenos que percorrem a rua do Láparo, foi obtido um acordo verbal da proprietária que se encontra hospitalizada.

Em resposta ao deputado Diogo Mourão, informou que o procedimento da Estrada Real foi desenvolvido em duas fases: 1.º a requalificação da estrada entre a rotunda da REPSOL e a rotunda do Pinheiro da Cruz e que é nesta fase que a obra se encontra. As valetas já foram limpas e foram afundadas no sentido de permitirem um maior caudal das chamadas águas pluviais.

No que respeita à rua das Hortas, está em fase de conclusão, após a EDP ao fim de muito tempo, proceder às ligações para que fosse possível deixar de ter o gerador que está no furo da Fonte da Senhora para que o mesmo passasse a funcionar ligado à respetiva rede elétrica. A câmara já se encontra em contacto com a empresa adjudicada para proceder à requalificação da rua das Hortas e logo que seja possível avançará com a obra.

Relativamente à frase que proferiu em relação aos trabalhos, esclareceu que a mesma foi apresentada publicamente de forma completamente descontextualizada daquilo que foram as suas afirmações. Em reunião de câmara teve oportunidade de esclarecer este assunto com quem de direito, ou seja, com os trabalhadores afetos a essa questão, e teve também oportunidade de mostrar a gravação do que afirmou. Curiosamente, a gravação começa por destacar o papel preponderante dos trabalhadores da câmara (a quem sempre agradeceu e em quem sempre teve confiança) pese embora, registem várias limitações: de idade, de saúde e disponibilidade de tempo laboral que é diferente do privado e daí ter proferido a já citada frase.

Frisou que para si, existem duas questões que são fundamentais no exercício das suas funções: enquanto presidente da câmara não admite e nunca irá admitir que façam política com a sua vida privada e com os trabalhadores da câmara. Os trabalhadores são pessoas não são bonecos e se outrora se serviram deles para esse efeito, com ele isso não irá acontecer, porque não se servirá deles para apresentar trabalho à população.

Em resposta à deputada Ana Lúcia Maduro informou relativamente ao Albergue da Juventude que lamenta o estado a que aquele equipamento chegou e que já abordou em

variadas outras ocasiões. Quando houver disponibilidade requalificarão o equipamento dentro do conceito para que foi construído e que é importante, fundamental, quer no âmbito social, desportivo, recreativo e esperam que a sua requalificação aconteça o mais rapidamente possível, apesar de não ser uma prioridade.

Na obra do Polidesportivo do Valbom decorreu o procedimento concursal que já obteve o Visto do tribunal de Contas e aguardam que a empresa dê início à obra.

No presente, o posto móvel de saúde não se encontra a satisfazer os utentes do Passil e zonas circundantes por razões de segurança (falta de médicos e uma maior afluência de utentes ao Centro de Saúde), tem tornado difícil cumprir com o estabelecido com a câmara. Porém, tendo em vista estas questões, a câmara desenvolveu um protocolo com os Bombeiros Voluntários de Alcochete, no sentido de todas as pessoas que pelos mais diversos motivos tivessem dificuldade em se deslocarem ao Centro de Saúde, seria assegurado o seu transporte e seriam entregues os medicamentos. A Junta de Freguesia de Samouco também se encontra a desenvolver esta atividade.

Para responder à deputada Natacha Patinha e com autorização do presidente da assembleia municipal, passou a palavra ao vereador Vasco Pinto, o qual informou que as ações não se realizaram porque a DGAV as cancelou, mas tem a informação por parte dos serviços que no dia 7 de março o edital foi publicado, porém, no dia 19 de maio foi comunicada a suspensão da campanha de vacinação e disto foi dado conhecimento às juntas de freguesia no dia 18 de maio.

Disse ainda, que no dia 22 de maio, o gabinete de Autoridade Sanitária recebeu alguns relatos de pessoas que se teriam deslocado aos locais e em face disso, a comunicação foi reforçada nos locais de estilo assim como da informação do cancelamento.

No decorrer do mês de junho a DGAV comunicou que estavam reunidas as condições para se retomar a campanha de vacinação, pelo que no dia 22 deste mês foi elaborado novo edital, o qual foi afixado nos lugares públicos de estilo e comunicado às juntas de freguesia. A vacinação terá início em 6 de julho e no dia 8 ocorrerá na Fonte da Senhora e com uma semana de antecedência será solicitada a chave à Junta de Freguesia de Alcochete.

- Presidente da câmara:

Em resposta à deputada Andreia Sousa, e quanto ao número de casos Covid 19 no concelho, informou que o executivo desde a primeira hora assentou a sua confiança naquilo que são os dados da DGS, enquanto outros municípios regateavam junto do Governo a importância de saberem os casos ativos.

A preocupação do executivo assentou em dotar os trabalhadores das mais elementares condições de segurança, enviando-os para casa (os que podiam para teletrabalho e uma larga maioria dos outros) desde logo, zelando assim única e exclusivamente pela sua saúde, assumindo a câmara o prejuízo que se poderia vir a ter no exercício de funções quer no que respeita à apanha de ervas quer pelo muito por desbravar.

Até ao momento registaram-se 28 casos acumulados e eventualmente 5 casos ativos (por dedução matemática) o que os deixa tranquilos comparativamente a outros

concelhos, mas não adormecidos. A preocupação com a vida das pessoas foi o que consideraram mais importante.

Salientou que todos (câmara, juntas de freguesia, instituições e população) têm vindo a fazer um trabalho irrepreensível, apesar de muitas vezes incompreensível, mas trata-se de um problema de saúde pública sério. Têm vindo a ganhar batalhas mas a guerra não terminou.

Salientou, em resposta ao deputado Luiz Batista que quando o assunto da transmissão das sessões foi aventado na assembleia municipal, questionaram o Setor de Comunicação e Imagem no sentido de se saber se a câmara dispunha de condições para as efetuar, porque não se trata de uma transmissão qualquer e ao nível jurídico a transmissão tem que ficar arquivada e é aí que reside o problema, porque em termos tecnológicos a câmara não tem capacidade para as guardar durante o prazo que a Lei impõe. Logo que estiverem reunidas as condições, procederão à transmissão das reuniões.

Informou também, que o trabalho desenvolvido pelo Centro de Saúde de Alcochete já é reduzido face às necessidades de Alcochete. Face aos Censos, a população do concelho aumentou em cerca de 10% e por isso é natural que existam lacunas. Após a rescisão de um dos médicos, foi aberto procedimento concursal para duas vagas, sendo que uma delas visa colmatar a sua saída e a outra será para reforçar o Centro de Saúde de Alcochete. A câmara e a junta de freguesia de Samouco também se debatem para que seja reforçada a extensão do Centro de Saúde do Samouco com mais um médico.

Afirmou também que existem e sempre existirão terrenos privados e públicos que não foram limpos. Contudo, já todos os proprietários de terrenos privados (urbanos e não urbanos) foram notificados para procederem à sua limpeza. No caso de estes não o fizerem, a Lei diz que a câmara pode assumir esse trabalho, sendo posteriormente ressarcida do valor, porém a verdade é que esta ou outra qualquer autarquia não será ressarcida desse valor em tempo razoável, porque na prática a legislação não funciona.

Torna-se necessário definir prioridades e limpar primeiro os que estejam perto de habitações, estabelecimentos escolares, entre outros que também ofereçam perigosidade, apesar de esta ser muito lata e relativa.

Com permissão do presidente da assembleia municipal, passou a palavra à vereadora Fátima Soares, que em resposta à deputada Andreia Sousa, informou que o ano escolar encerrou no dia anterior e portanto, está agora a ser feita a avaliação do encerramento do mesmo.

De acordo com informações do Ministério da Educação, prevê-se que o próximo ano letivo tenha um calendário dentro do normal, ou seja, com início entre 14 e 17 de setembro (mas ainda não saiu). Haverá certamente diferentes planos (A, B ou C), mas irão trabalhar com o Conselho Municipal de Educação, no sentido de planificar o próximo ano letivo que poderá vir a ser complicado.

Informou ainda, que no decorrer da próxima semana irão reunir com a Associação de Pais do Samouco e com o Agrupamento de Escolas, para fazer a apresentação do projeto da nova escola, que irá contemplar mais duas salas de aula por forma a terminar

com o desdobramento de horários, ficando ainda com folga para mais uma turma. Terá também mais uma sala de CAF e outra para professores, um espaço multiusos e uma biblioteca, com todas as condições de acessibilidades incluindo elevador. A parte antiga da escola também será requalificada quer ao nível de interiores quer ao nível das janelas. Também irá ter ar condicionado e tudo o mais que é exigido. Com as obras torna-se necessário encontrar um plano B e isso será também tratado com a Associação de Pais do Samouco.

No próximo ano também terão início as obras da 2.^a fase da escola do Monte Novo, que implicará a construção de um anexo que servirá de refeitório escolar.

De seguida, enumerou todos os equipamentos escolares que sofreram intervenções durante este mandato.

- Ana Brandão:

Questionou a viabilidade de a câmara poder ter alguma atuação diferente da que foi implementado pelo Governo, relativamente ao horário dos cafés, que fecham às 20:00 horas, autorizando para as 23:00 horas tal como acontece com a restante restauração fecha às 23:00 horas. O concelho é uma “gota de água” em termos de casos de Covid 19 e os proprietários têm feito investimentos na área de higiene e melhores condições de laboração, sentem-se por isso constrangidos pelo horário que é obrigatório praticarem.

- Pedro Ferreira:

Afirmou que durante o período de Covid 19 houve necessidade de reunir a Comissão Municipal de Proteção Civil mais amiúde e o seu responsável informou até que seria necessário reunir uma vez por semana, porém a comissão não reúne desde 21 de maio, pelo que questionou se isto corresponde à verdade e se sim qual o motivo porque não reuniram.

Questionou se a câmara teria atribuído a verba de trinta mil euros ao Banco Alimentar de acordo com um facto com que foi confrontado. No caso de ser verdade gostaria de saber porquê, dado que o que chega às famílias da freguesia da parte deste Banco é uma coisa ínfima.

Congratulou-se com a informação sobre a Escola Básica do Samouco, por finalmente ir avançar (lembrou que já deveria ter começado no ano anterior), contudo, ficou preocupado por só saber da decisão na presente assembleia municipal. Porventura, poderá ter havido um problema de comunicação, mas entende que a junta e freguesia deveria ter sido ouvida e também deveria tomar conhecimento do projeto antecipadamente, porque se trata de uma intervenção grande num equipamento na freguesia.

- Ana Lúcia Maduro:

Questionou como decorreu o início da época balnear em Alcochete, uma vez que as medidas de segurança tiveram que ser reforçadas.

- Presidente da câmara:

Afirmou que a câmara não tem competência em matéria de horários, nomeadamente de cafés, mas dadas as situações problemáticas que se tem vindo a sentir e em particular os municípios pertencentes à AML, entende que talvez um pedido da câmara possa levar a um critério de exclusividade para Alcochete, no âmbito dos cafés.

Informou que iria reunir com os seus parceiros para abordar a questão.

Entende que Alcochete tem sido um exemplo no cumprimento das regras neste período de pandemia, apesar de registarem aqui e ali algumas falhas que certamente se devem à necessidade de quererem desconfinar. Não se arrepende de tudo o que tem sido feito, e reconhece que a restauração e similares são um suporte fundamental para a economia do concelho, por criar muitos postos de trabalho numa altura em que o desemprego aumenta de forma significativa e quase todos os agentes económicos cumprem escrupulosamente as diretivas da DGS.

Não se registam casos de Covid 19 nas instituições de idosos no concelho e isso é bem demonstrativo do trabalho realizado nos últimos 3 a 4 meses.

Em resposta ao deputado Pedro Ferreira, esclareceu que desde o início do mês de março, o Conselho Municipal de Proteção Civil já reuniu cinco vezes, mas houve de facto um “delay” entre 21 de maio e a presente data. A reunião agendada para o início de junho não se pôde concretizar, contudo, brevemente irá reunir com o eng. João Marques.

Informou que a câmara não atribuiu a verba de 30 mil euros ao Banco Alimentar (era bom que a câmara dispusesse dessa verba após todo o apoio prestado às instituições do concelho). Na sua opinião, o Banco Alimentar desenvolve um trabalho profícuo em todo o país e em particular no concelho segundo a informação obtida junto dos grupos sócio--caritativos do concelho.

A câmara atribuiu a esta entidade o valor de dois mil e quinhentos euros por ano e durante cerca de 3 anos.

Respondendo à deputada Ana Lúcia, informou que o executivo tinha o processo concluído para que junto da APA (que não é das melhores instituições com que se possa dialogar) se conseguisse o rótulo de praia fluvial para a Praia de Alcochete e do Samouco.

Em virtude do estado de pandemia, foi decidido encerrar os balneários e os WC dando assim seguimento às indicações da DGS.

Apesar de os espaços não serem praias fluviais, são de referência e muito provavelmente estarão mais pessoas na praia dos Moinhos do que na praia dos Salgados, no Algarve, pelo que também foi implementada nova sinalética no sentido de que todos os utilizadores cumpram as normas.

Salientou que em relação às duas praias poucas foram as reclamações recebidas.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Miriam Boieiro, em nome da CDU, apresentou um Comunicado sobre “TST nunca mostrou capacidade de resposta”. (Documento anexo à minuta da ata)

- Rodolfo Pereira, em nome da CDU apresentou uma Saudação “Aos profissionais na linha da frente”. (Documento anexo à minuta da ata)

- Ana Lúcia Maduro, pelo PS apresentou um Voto de Louvor “Trabalhar em pandemia para que Portugal não parasse”. (Documento anexo à minuta da ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Carla Pereira, em nome do PS apresentou um Voto de Louvor “Às coletividades do concelho”- (Documento anexo à minuta da ata)

Submetido à discussão e votação foi aprovado por unanimidade.

- Ana Mafalda, em nome do CDS apresentou uma proposta de moção “Pela defesa da tauromaquia” – (Documento anexo à minuta da ata)

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Natacha Patinha, fez declaração de voto em nome da CDU. –(Documento anexo à minuta da ata)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. António Gil:

Afirmou ser residente em Alcochete e solicitou à assembleia municipal que esta tomasse uma iniciativa em relação à situação dos transportes de Alcochete para Lisboa e vice-versa.

Reparou que vários oradores anteriores se referiram ao assunto, mas nunca nenhum aventou a hipótese de este órgão tomar uma iniciativa junto da administração dos TST para abordar este problema e manifestar o descontentamento das populações.

Acrescentou ainda, que as condições são muito más e estão cada vez piores.

- Sr.^a Manuela Boieiro:

Quis trazer à assembleia municipal um assunto para partilhar com todos os eleitos. Trata-se de uma situação já sobejamente conhecida da câmara e da assembleia e também da GNR e diz respeito ao comportamento lamentável, inaceitável, com uma grande falta de civismo, que os clientes do estabelecimento “Paparocas” têm para com os moradores da zona e também para com quem visita Alcochete, para além de todos os que apesar de não residirem na zona, também lá passam.

Frisou que não está em causa nenhuma aversão ao estabelecimento, nem aos comerciantes, nem às pessoas que gostam de se divertir na rua. De facto, não é aceitável o nível de ruído que jovens clientes provocam (não deixando ninguém descansar) para além de urinarem na rua tanto de noite como de dia, e que incomodem os moradores da rua do Amaral, largo do Troino e até, que façam bloqueio à circulação normal das viaturas na rua José André dos Santos. Esta situação é bem demonstrativa de que toda esta zona está a ser bastante desvalorizada, a ordem pública fica alterada e gera insegurança de toda a ordem, sendo por isso comportamentos desapropriados numa sociedade democrática e para mais na nossa terra (Alcochete).

Tem conhecimento que a GNR já foi chamada ao local variadas vezes, porém quando atuam parece que aqueles que não têm culpa é que são apontados como culpados. Outras vezes os prevaricadores escondem-se da GNR, porque se notam muitas bebedeiras à solta, para além de consumo de outras coisas menos corretas, mas indutoras deste tipo de comportamentos.

Tudo isto não dignifica o centro histórico da vila, nem defende uma atividade económica. No presente estado de pandemia não se cumprem ali nenhuma regras de proteção sanitária, nem de distanciamento. Apenas há desacatos, ofensas que poderão chegar a situações perigosas que já têm acontecido noutras localidades.

Isto não se pode permitir nem em Alcochete nem no nosso país e por isso apelou à união de todos, no sentido de que as autoridades no âmbito da sua responsabilidade e competência desenvolvam esforços para que se ponha fim à situação. Pode até acontecer que os horários estejam dentro da legalidade, mas o problema não é no interior do estabelecimento, mas sim no exterior, pelo que a ordem pública deve ser restabelecida para não sujeitar ninguém a este tipo de comportamentos.

Informou que já apresentou uma exposição dado que o problema atingiu um nível insustentável e apelou uma vez mais à união de todas as entidades para sanar esta situação.

- Sr.^a Deolinda Figueiredo:

Dado que as reuniões camarárias estão interditas ao público (pela pandemia), deslocou-se à presente sessão, para em conjunto com outros vizinhos, reclamar segurança na zona atrás indicada (reside no largo do Troino desde 2011) Apesar de haver dever de confinamento e de os bares estarem fechados, quando reabriram voltou tudo ao mesmo, ou seja ao excesso de barulho noturno e aos desacatos, quando quem lá mora trabalha e precisa de descansar.

Focou também a falta de fiscalização no licenciamento do espaço para esplanada que não é respeitado, sentindo-se mesmo vandalizada quando quer passar e não tem passagem numa rua pública, para além de todo o lixo que é deixado na via pública, que conspurca toda a zona.

- Sr. Fernando Verga:

Afirmou que é natural de Alcochete e residente no largo do Troino e que o assunto que o trouxe é o mesmo apresentado pelas anteriores oradoras. Tem 76 anos de idade e à noite não consegue dormir. Desconhece o que as autoridades andam a fazer, referindo também que os carros dos residentes fazem de mesas dos clientes daquele estabelecimento, quando as viaturas lá podem estar por direito.

- Sr. José Carlos:

Referiu que os clientes quase sempre vão urinar à sua porta e que por isso até já se escondeu e conseguiu apanhar alguns, porém, acaba rodeado por mais uns tantos indivíduos que lhe querem bater. Para além de urinarem fazem barulho e fumam droga junto à janela da sua habitação.

- Sr. João Carraça:

Afirmou que existe uma pessoa (já foi presidente da assembleia municipal de Alcochete, ex-vereador da Câmara Municipal de Alcochete e até Adjunto do presidente da câmara) que incessantemente nas redes sociais se insurge contra a câmara e uma das críticas que faz, tem a ver com o atraso na obra da rua do Láparo.

Em relação a outra obra num edifício no “Rato” refere o mesmo: “Quem a troco de quê licenciou este mamarracho? Quem na câmara é conivente com esta ligação ilegal e clandestina de acesso à rede pública de águas, sem sequer ter um contador de água para obras”.

Em face disto, solicitou esclarecimentos para entender se as críticas são ou não corretas.

- Presidente da assembleia municipal:

Quanto à questão dos transportes afirmou desconhecer a situação porque não os frequenta. Face ao apresentado, solicitou que o município lhe fizesse chegar o assunto por escrito, que de seguida trataria de o remeter à entidade reguladora dos transportes (AML e não a câmara) a qual gere os transportes na AML.

Afirmou estar solidário com os munícipes presentes na sessão, porque de facto, ninguém gostaria de ter um problema assim, junto à sua habitação e não é por estar à porta de outros que devemos ficar mais à vontade.

O que se passa na rua tem a ver com o comportamento das pessoas no exterior do estabelecimento e não propriamente com este. O comportamento não é legal e infringe uma série de normas da vida em sociedade. A câmara não é responsável porque não é autoridade neste país. O concelho tem uma autoridade responsável que é a GNR. Lamenta que a situação aconteça há já alguns anos e que a autoridade policial tenha deixado que isso acontecesse e não acredita que não seja possível resolver o que se passa.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao município António Gil, informou que a questão dos transportes já tinha sido abordada na presente sessão e que se trata de uma luta que tem vindo a ser travada

com quem de direito, a AML. Com isto não pretende fugir à responsabilidade, mas nesta questão (que não é responsabilidade da câmara) estão um pouco de mãos atadas porque extravasa as competências da câmara, mas, não são insensíveis para verificar (não só por aquilo que vão ouvindo por parte das pessoas que todos os dias utilizam os transportes públicos nas suas deslocações).

Quer na câmara, quer na assembleia, já foram aprovados documentos por unanimidade sobre este tema. O vereador Pedro Lavrado há cerca de quinze dias reuniu com a administração da empresa, mas esta pouco adianta à conversa.

E é por tudo isto, que a AML está a criar uma empresa que assegure com qualidade e conforto o que é exigido para transporte público de pessoas. Trata-se de um procedimento internacional, de muitos milhões de euros e que está em andamento.

A empresa está a ser paga para prestar um determinado serviço e não é em 100% porque a empresa está em “lay-off” e este é um direito que lhe assiste.

Em relação ao assunto apresentado pela munícipe Manuela Boieiro, o mesmo é transversal quer à senhora Deolinda Figueiredo, a Fernando Verga e a José Carlos.

O problema dura há já algum tempo (se fosse recente seria mais fácil erradicá-lo). A falta de civismo por parte das pessoas e dos jovens em particular, traduz-se num problema que todos devem encarar e subscreve as palavras do presidente da assembleia municipal.

Informou que em breve irá convocar uma reunião com os proprietários do estabelecimento, no sentido de os ouvir e falar com eles, porque também percebe que eles têm um estabelecimento e que uma coisa é a sua responsabilidade no que ocorre no interior do estabelecimento e outra coisa, é o que todos vêem e sabem que se passa na via pública.

O estabelecimento não se encontra encerrado por nenhuma diretriz da DGS, mas sim pelo falecimento de um familiar dos donos.

Quanto às esplanadas, frisou que o seu alargamento deve cumprir escrupulosamente com as questões da mobilidade reduzida, não impedindo a passagem de carrinhos de crianças, nem tão pouco de viaturas de socorro. Porém, caso existam espaços em que os seus proprietários não cumpram, irão alertar a fiscalização camarária (2 fiscais) no sentido de usarem de maior assertividade no cumprimento das normas da DGS. Certamente que os proprietários ao cumprir estão a possibilitar gerar negócio querendo assim que as esplanadas continuem abertas ao público.

Respondendo ao munícipe João Carraça, explicou já anteriormente tinha sido abordado em sessão da assembleia, tendo o vereador Pedro Lavrado esclarecido o assunto. Contudo, para que não subsistam dúvidas, pediu permissão ao presidente da assembleia para que o vereador esclarecesse uma vez mais o assunto.

- Vereador Pedro Lavrado:

Referiu que o contador da obra estava na rua Beneficiado de Oliveira (desativado passados uns dias) e foi colocado o que iria ser definitivo da moradia sita na avenida “5 de Outubro”. Quando são colocadas a tubagem e as válvulas, é necessário colocar um tubo por algum tempo para que tudo fique alinhado, senão inviabiliza a montagem e deve ter sido a colocação deste tubo que deu origem à confusão. A tubagem não estava em carga mas sim o contador de obra na rua Beneficiado de Oliveira.

Quanto ao atraso na obra da rua do Láparo (certamente o do início da obra) de facto não se verificou. Acontece que o executivo no início do seu mandato encontrou o projeto pronto a executar e para o qual iria ser utilizada uma garantia bancária de um empreendimento que lá está por terminar, porém, foi entendimento jurídico que a garantia não poderia ser utilizada para pagamento da referida obra.

A câmara encontrou outra forma de financiamento, com fundos próprios e também através de uma candidatura.

A obra não se iniciou no imediato, porque apesar de o projeto estar concluído, não tinha sido feita a negociação com os proprietários das várias parcelas de terreno ao longo da rua a que a obra obrigava e a passagem destes para domínio público.

O atual executivo iniciou as conversações e quando ficaram concluídas foi dado início ao procedimento de concurso público e após a sua conclusão foi iniciada a obra.

- Presidente da câmara:

Acrescentou que, relativamente às insinuações de favorecimento a terceiros ou de grupos, isso é uma miragem no que ao atual executivo diz respeito. Tudo o que o município João Carraça leu é mentira e se têm provas em contrário deverão apresentá-las publicamente.

- Presidente da assembleia:

Lamentou que se façam insinuações negativas sobre pessoas, quer sejam munícipes ou eleitos, dando como exemplo as expressões “rouba água” no caso do contador na av. 5 de Outubro ou “haverá algumas coisas dadas em troca”, no caso da cedência de parcelas de terreno na rua do Láparo. Apesar de se verificar que são insinuações falsas, não se vê as mesmas contrariadas, e colocam por isso em causa a honestidade de quem é envolvido.

Para defesa da honra, passou a palavra ao vereador Jorge Giro que afirmou:

“Eu só quero ver esclarecido porque percebo tudo o que se passou e acompanhei o processo e como já algumas vezes falámos da paternidade deste projeto bem como de todos os que estão a ser feitos. Queria que ficasse esclarecido quem é que propôs comprar por metro quadrado a quem. Sabe que houve negociações. A CDU perdeu as eleições e não pode concluir todo o processo inerente à rua do Láparo e é a quem está em funções desde outubro de 2017 que competia fazê-lo e assim o fez. Mas, ficou com uma dúvida em relação a determinados proprietários de terrenos privados. Houve negociações mais fáceis e outras menos e em relação ao caso em concreto que o presidente conhece eu também conheço muito provavelmente. Acredito no que foi dito pelo presidente da câmara e pelo vereador Pedro Lavrado quando dizem que para

concluir a negociação foi cedida uma área de terreno pelos seus proprietários tendo como única contrapartida a reconstrução do muro tal como está a ser feito.

No anterior executivo a negociação com eles era outra e a questão que coloca (lamentando que se venha para aqui discutir coisas das redes sociais de ex-presidentes, ex-vereadores). Só quero ver esclarecido e esta é a pergunta que tem para fazer: No âmbito desse negócio proposto quem é que propôs um x valor por metro quadrado a quem?”

- Presidente da assembleia:

Afirmou que após a intervenção do vereador não percebeu qual foi a defesa da honra. Entende que propor um valor por metro quadrado não é nada demais, não vendo onde está o problema. No anterior mandato os proprietários vendiam as parcelas de terreno, no atual cederam-nas e a câmara construiu um novo muro porque o outro teve que ser deitado abaixo.

- Vereador Jorge Giro:

Afirmou que após esta intervenção ficou esclarecido.

De seguida o presidente da assembleia propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, o presidente da assembleia solicitou a introdução de mais um ponto, o que foi aceite, passando a ponto 9 da Ordem de Trabalhos.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A câmara tomou conhecimento.

PONTO 2 – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO

Submetida à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha: 12 votos
- João Manuel Fernandes dos Santos: 12 votos

Verificando-se empate, procedeu-se a nova votação, tendo sido obtido o seguinte resultado:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha: 12 votos
- João Manuel Fernandes dos Santos: 12 votos

Repetindo-se o empate, de acordo com o regimento da assembleia municipal, o assunto transita para a próxima sessão.

PONTO 3 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA REFERENTE À ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – ADEQUAÇÃO AO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) REQUERIDA POR ALIRACÕES – RAÇÕES PARA ANIMAIS, SA

Submetida à discussão, o presidente da câmara referiu que se trata de um regime excecional de regularização das atividades económicas e que durante o período de consulta pública não se registou nenhuma participação e conseqüentemente nenhuma reclamação, daí estarem reunidas todas as condições para deliberação da assembleia.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 4 -REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DOS CAMPOS DE FÉRIAS

Submetida à discussão, a vereadora Maria de Fátima Soares propôs que o 2.º ponto do artigo 23.º, fosse alterado para: "...a programação dos campos de férias...", o que foi aceite.

Álvaro Costa propôs alteração à alínea c) do artigo 3.º: "... extensão aos filhos dos funcionários das juntas de freguesia." o que foi aceite.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas. (Doc.12)

PONTO 5 -REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS AOS IDOSOS CARENCIADOS

Submetido à discussão, usaram da palavra:

- Presidente da câmara:

Sucintamente, afirmou que se orgulha desta proposta apesar de não ser o seu autor. A proposta visa colaborar e ajudar os idosos que não têm possibilidade de adquirir determinados medicamentos na parte que não é comparticipada pelo SNS.

De acordo com os dados disponíveis o número de idosos no concelho é de 1113 e muitos com pensões que estão abaixo do índice definido do indexante dos apoios sociais, de acordo com os dados do Instituto de Segurança Social.

Com permissão do presidente da Assembleia Municipal, a vereadora Maria de Fátima Soares usou da palavra para afirmar que o executivo reconhece a relevância dos encargos financeiros que a maior parte dos idosos têm com a questão da saúde e nesse sentido apresenta a presente proposta para comparticipação na aquisição dos medicamentos mediante as condições previstas no regulamento em apreciação.

Esclareceu que não se trata de um programa inventado pela câmara de Alcochete, porque ele já existe há muitos anos em autarquias do norte ao sul do país, de todas as cores e de todos os partidos e entende que os bons programas são de replicar como é o caso deste.

Aproveitou para fazer um agradecimento aos funcionários do Setor de Ação Social, pela sua dedicação e exemplo neste tempo de pandemia.

- Rodolfo Pereira:

Considerou a iniciativa bastante interessante, apesar de já ter conhecimento da mesma noutras autarquias, independentemente da cor partidária que tenham. Contudo, a CDU sempre se pautou por defender a igualdade para todos, devendo a iniciativa ser do Governo (abrangendo assim todo o país) e não ficar ao nível das autarquias, porque não há portugueses de 1.^a e de 2.^a.

Questionou porque se destina apenas a residentes no concelho há pelo menos dois anos?

Alertou para o sigilo, que poderá ficar em causa aquando da elaboração das listagens a entregar nas farmácias, dado que em regra, os utentes têm tendência a fidelizar-se numa farmácia por questões de confiança.

Propôs que no artigo 6.º ponto 2 constasse: “para beneficiar do apoio, o utente deverá escolher apenas 1 das farmácias aderentes que terá acesso à base de dados do beneficiário”.

Entende que na alínea c) do artigo 7.º o cartão não acrescenta muito mais a não ser burocracia.

No artigo 8.º e pela relevância da gestão dos dinheiros públicos, sugeriu que constasse o seguinte na competência das farmácias: “disponibilizar os medicamentos dentro dos 5 mais baratos, sempre que englobem um grupo homogéneo”, porque não se justifica que a câmara pague algo acessório quando há possibilidade de andar nos valores mais baixos e o estado define medicamentos mais baratos para estes fins.

- Vereadora Maria de Fátima Soares:

Com a permissão do presidente da câmara, recordou que o regulamento esteve em consulta pública durante 30 dias. Quando foi enviado à assembleia já passou por um processo em que os contributos de todos poderiam ter sido explícitos no documento.

Lembrou que o município tem por Lei (Lei 75/2013, de 12 de janeiro, no seu artigo 23) competências atribuídas na área da Saúde.

Esclareceu que o prazo de 2 anos referido no regulamento, foi por conclusão a que chegaram os serviços da câmara e lembrou que o candidato a este programa terá de ter mais de 65 anos. Em relação ao sigilo farmacêutico, explicou que obviamente será o utente a escolher a sua farmácia e a listagem seguirá para a que utente escolheu, apesar de o mesmo poder frequentar duas (fica ao critério do utente). Por sugestão do vereador Pedro Louro, foram incluídas farmácias de fora do concelho, dado haver residentes na Fonte da Senhora que recorrem à farmácia na Atalaia.

Quanto ao cartão, entende que não é uma questão relevante, porque apenas servirá para identificar e comprovar que pertence a determinado utente e pelo que conhece em relação às receitas, estas trazem indicado o valor máximo e mínimo do medicamento.

No fundo, para a câmara de Alcochete trata-se de um projeto piloto e no decorrer da sua implementação poderão surgir constrangimentos e outras formas de visão e atuação, mas o executivo estará sempre pronto para as analisar.

- Luiz Batista:

Afirmou que o projeto tem o apoio do PSD quer em reunião de câmara quer na assembleia, porque o concelho tem um conjunto de pessoas com rendimentos muito baixos e que serão legitimamente ajudadas. Outros, estão no fio da navalha, porque os seus gastos já ultrapassam os seus rendimentos (por via da situação pandémica).

- Rodolfo Pereira

Lembrou que todos os regulamentos em apreciação, podem ser alterados nas sessões da assembleia, apesar de terem estado em consulta pública e de seguida explicou, detalhadamente, o que na sua opinião envolve a escolha de medicamentos entre genéricos e de marca e a forma da sua participação, quer pelo utente, SNS ou pela câmara.

- Presidente da câmara:

Sublinhou que de facto, o deputado Rodolfo Pereira nutre conhecimentos nesta matéria que lhe permitem a veleidade de abordar estas questões de forma muito objetiva, contudo, o conhecimento extravasa o que politicamente se pretende na assembleia.

A câmara pretende investir naqueles que investiram toda a sua vida na comunidade, que são os idosos. Olham para a proposta como forma de investimento dado que com o número de idosos que o concelho tem, não significa um rombo no orçamento da câmara.

Salientou que todos os casos omissos serão automaticamente resolvidos pela câmara e que o período de residência por dois anos servirá para ser feita uma análise nesta matéria. Acrescentou também que concorda no não confinamento do utente a uma só farmácia, porque os utentes estão devidamente identificados, através do cartão de que serão portadores.

O Presidente Assembleia Municipal interrompeu para solicitar o prolongamento da sessão para além da hora regimental, o que foi aceite.

Retomado o assunto, usou da palavra a deputada Ana Lúcia Maduro, para felicitar a existência desta proposta de regulamento, por considerar ser uma boa medida que vai ao encontro da população mais idosa e carenciada (mais ainda neste período de pandemia). Na sua opinião, o regulamento deve ser votado, aprovado e posto em prática com celeridade.

- Álvaro Costa:

Referiu que a posição da CDU tem sido sempre muito objetiva: a Constituição da República Portuguesa determina que em termos de Saúde, as medidas são universais, ou seja, para todos os cidadãos portugueses. Em face disso questionou: “E os idosos que vivem num concelho onde não existe este regulamento, mas têm direito à Saúde como todos aqui têm”? Onde está a universalidade da medida?

Entende que o vírus veio destapar muita coisa, o desmantelamento do SNS, com a intenção de levar para os privados, para clínicas e seguradoras, como é sabido, não deixando de chamar a atenção para o que aconteceu no tratamento dos utentes infetados com o vírus; alguns hospitais privados fecharam e outros recebiam-nos e o SNS pagava na totalidade a fatura.

A matéria da Saúde é uma questão de princípio, sem pôr em causa as necessidades que são flagrantes e por isso, o SNS, a Segurança Social e os serviços de apoio a idosos, o apoio complementar de pobreza e o próprio salário mínimo e as pensões é que devem resolver o problema. O regulamento não resolverá nenhum problema, pelo contrário, contribuirá para criar clivagens entre os idosos e inclusive entre os mais pobres., contudo, não põe em causa a bondade da medida.

- João Santos:

Não concorda com o confinamento do utente a uma só farmácia, porque nesse caso os utentes residentes em S. Francisco, ficarão prejudicados, porque a que existe fecha ao sábado após a hora do almoço e reabre apenas à 2.ª feira.

- Presidente da câmara:

Lembrou que a Saúde é como a Educação e nesta, a câmara também poderia ter optado por não fazer nada, mas não entendem assim. Enquanto gestores do dinheiro público estão a afirmar que a câmara tem condições para fazer este trabalho.

Submetida à votação foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor 9 abstenções.

- Rodolfo Pereira fez Declaração de Voto, em nome da CDU. (Documento anexo à minuta da ata)
- Álvaro Costa fez Declaração de Voto. (Documento anexo à minuta da ata)

PONTO 6 – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2019:

- **Aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa de 2019**
- **1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2020**

Submetida á discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor (9 PS e 3 CDS-PP) e 12 abstenções (9 CDU e 2 PSD). (Documento anexo à minuta da ata)

Miriam Boeiro fez Declaração de Voto em nome da CDU. (Documento anexo à minuta da ata)

PONTO 7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019 E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2019

Submetida á discussão, usaram da palavra:

- Presidente da câmara:

Na sua opinião, a primeira conclusão a tirar destes documentos é de que estão muito bem elaborados, com rigor e exatidão, contrariamente ao que já foi referido. Perante os múltiplos desafios de 2019, apresentaram-se de forma criativa, assertiva e dedicada na descoberta de soluções que melhor servissem o município.

Destacou entre outros os seguintes desafios:

- a descentralização de competências
- manter o equilíbrio das contas públicas depois do extraordinário resultado por via do IMT;
- manter o esforço de diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores (encerraram 2019 a fazer pagamento em média a 60 dias) com exceção da SIMARSUL;
- desenvolver todos os procedimentos necessários à prossecução de candidaturas no âmbito do Quadro Comunitário (conseguiram candidaturas para o que não era expectável, como por exemplo para a rua do Láparo);
- desenvolver os procedimentos necessários para a requalificação e ampliação das escolas básicas, das infraestruturas desportivas e dos edifícios municipais e ainda de um vasto conjunto de outras iniciativas que assumiram concretizar.

Salientou que o executivo dá o melhor de si, mas tem ao seu lado 372 trabalhadores que também o dão e em conjunto conseguem obter um trabalho extraordinário em 2019.

O executivo fechou o ano de 2019 com uma dívida total de €7 694 950,61 e em 2018 este valor era €7 961 462,36. Em relação a 2019 informou que no valor de €7 694

950,61 já está incluído o financiamento contraído no valor de €1 230 000,00 referente à requalificação e ampliação da escola do Valbom acrescido de um decréscimo total da dívida em 3,5%, face ao período homólogo.

Resultado líquido: 2019 fechou com um resultado líquido positivo de €358 550,98 e lembrou que em 2018 o resultado líquido foi de €4 278 357,79 e que em 2017 foi de €2 279 620,60. Registou-se um decréscimo de 91,61% face ao ano anterior e deve-se fundamentalmente à redução do IMI, ao aumento dos custos inerentes ao pessoal e às amortizações do exercício.

Informou que se encontra a decorrer a inventariação e avaliação dos bens do domínio público, cujos valores são significativamente elevados tendo contribuído quase de forma decisiva para o resultado líquido apresentado.

Quanto ao Saldo de Gerência referiu:

- 2019 fechou com o saldo de gerência de €8 584 854,28 e em 2017 com €4 301 626,93, no que se traduz num acréscimo de 0,13% face ao ano de 2018.

Quanto à Receita, em 2019 o grau de execução foi de 101,59% em termos de valores absolutos mais ou menos €18 940 458,07 a que acresce o saldo de gerência de 2018 que é integrado no orçamento de 2019 e que resulta em €26 305 072,07.

Em 2018 a receita atingiu o grau de execução de 118,3% e em 2017 foi de 90,017%.

Quanto à Despesa, o que estava previsto e o que na realidade foi pago em 2018, teve um grau de execução de 73,96%, que corresponde a um valor absoluto de €18 929 503,31. O grau de execução da Despesa em 2018 foi de 70,44% e em 2017 foi de 74,53%.

Quanto às Grandes Opções do Plano nelas estão plasmadas todas as Despesas de Capital, parte da Despesa Corrente entretanto identificadas como Despesa mais relevante. O grau de execução em 2019 foi de 56,08% que em termos absolutos corresponde a €7 184 475,86 e em 2018 o grau de execução nas GOPS foi de 47,72 e em 2017 foi de 53,26%.

- Salientou que 2019 foi o terceiro melhor resultado no que diz respeito ao grau de execução com 39,83%, ou seja, um dos melhores resultados de sempre. Em 2018 foi de 26,69% e em 2017 foi de 28,34%.

- Investimentos:

Ao nível do Parque Escolar em 2019: 900 mil euros; - Aquisição de terrenos para regularização de processos que perduravam há mais de 20 anos: 505 mil euros; rua do Láparo; 242 mil euros; requalificação das ruas António Maria Cardoso e Francisco Diogo: 178 mil euros; requalificação da rede viária em 2019: 460 mil euros; requalificação dos parques infantis: 157 mil euros; aquisição de viatura de recolha de RSU: 182 mil euros; Outros investimentos nos serviços municipais: 140 mil euros, entre outros.

- Atividades mais Relevantes:

Estão incluídas as Despesas de Capital, nomeadamente as amortizações de empréstimos e outras despesas correntes que têm maior relevo no município: AMARSUL, SIMARSUL, iluminação pública, entre outras. Em 2019 o grau de execução foi de 90,65% e em termos de valores absolutos €3 013 180,03 Em 2018 o grau de execução foi de 97,20% e em 2017 de 77,91%.

A margem de endividamento para o ano de 2019 era de 2 700 00,00 euros e ao encerramento das contas cifra-se acima dos 3,5 milhões de euros.

- Impostos:

Ao longo de atual mandato o IMI tem vindo a descer. E executaram em 2019 €4 254 184,59. No Imposto de Circulação fechou o ano de 2019 com €503 663,58 e o IMT em termos absolutos com €2 606 000,00, valor superior ao de 2018.

Quanto à Derrama reduziram 1% às empresas cujo valor de negócio fosse inferior a 150 mil euros e isentaram deste imposto as empresas que se instalassem no concelho durante o ano de 2019.

Da leitura da Certificação Legal de Contas feita pelos revisores oficiais, sublinhou duas frases: os custos estão controlados e há uma diminuição do IMT. O grande problema assenta na SIMARSUL e tem a ver com os juros que estão a pagar por via do valor que se mantém em dívida e que está em contencioso para resolução.

- Álvaro Costa:

Referiu que no final do ano de 2019 a apreciação objetiva transformou-se comparativamente com o que aconteceu em 2017, que teve um saldo de 2 milhões e tinha uma capacidade de endividamento para mais 2 milhões, apesar de o PS em campanha e mesmo depois de o executivo ter tomado posse, colocava como uma grande questão a péssima condição económica que a autarquia tinha e as dívidas a todos os níveis, mas passados estes anos, o que têm?

Registam-se saídas registadas nos bancos e não registadas na contabilidade e vice-versa. Em 2019 em relação às dívidas de água continua com 719 721,22 euros em dívida, reduzindo apenas cerca de 100 mil euros; se se comparar as condições sócio-económicas antes de 2017 (bastaria pensar nisso quando o concelho ficou prejudicado com menos 3 milhões de euros da transferência do Orçamento do Estado) para se chegar à conclusão que não se tratou de má gestão ou de incompetência. Em 2019 existe um saldo de 8 milhões e para 2020 haverá um orçamento que nunca foi tão alto desde que existe câmara. Em face disso, perguntou: Mérito de gestão? Não, é mérito de cobrança de impostos, o que é natural.

Considera quanto à taxa de IMI que o executivo poderia ter ido mais longe e baixar o valor, para que a população ficasse mais beneficiada. Também a taxa da Derrama poderia ter baixado um pouco mais.

A dívida à SIMARSUL continua a ser um problema, mas é um problema de um concelho que não quer ser enganado e tão pouco roubado. Esta dívida compreende-se e numa perspetiva global é entendível que a câmara tem razão no assunto.

Quanto ao investimento afirmou que quem tem muito dinheiro deve investi-lo. Entende que poderia ter sido feita uma gestão muito mais forte no que respeita às infraestruturas e às obras que já estavam planeadas (cerca de 90% vêm do anterior mandato)

Na sua opinião, se a CDU estivesse a gerir com a capacidade financeira atual, certamente, seriam obtidos resultados bem diferentes.

- Diogo Mourão:

Contrariamente à opinião do deputado Álvaro Costa, afirmou que o que vem retratado no Relatório de Gestão é que a dívida baixou cerca de 21%, estando por isso a ser feito um bom trabalho, já que o financiamento à escola do Valbom ser de mais de um milhão de euros e não esquecendo que foi com este executivo que a dívida à SIMARSUL começou a ser paga por conta.

Referiu que é necessário falar verdade, porque as participações das obras no anterior mandato eram muito altas por parte dos Fundos Comunitários.

- Luiz Batista:

Solicitou um ponto de situação face á dívida à SIMARSUL e questionou se está pensado criar alguma almofada financeira para suprir a quantia que for imputada à câmara.

Questionou também, dos valores apresentados, o que sobra para recolocar e redistribuir pelas diferentes rúbricas do orçamento em 2020, no que diz respeito ao investimento?

- Presidente da câmara:

Tendo um mandato 4 anos de exercício, ainda continuará a ouvir o deputado Álvaro Costa falar do que foi dito na campanha eleitoral e desde que tomou posse relativamente à gestão e às verbas do anterior mandato. Porém, o executivo quando tomou posse disse a verdade e só a verdade, pelo que voltou uma vez mais a explicar o que já tantas vezes referiu face a esta matéria, solicitando por isso que o deputado leia as suas intervenções e verifique que nunca acusou o anterior mandato de incompetência. Cada um faz a gestão que melhor pode e sabe, disse.

Em relação à SIMARSUL explicou que o anterior executivo estava convencido que a razão lhe assistia, mesmo que de forma percentual, mas então porque nunca foi interposta nenhuma ação judicial contra a empresa?

Espera que a câmara venha a ter razão, no sentido de que nos assista razoabilidade mesmo que seja nos valores percentuais. A almofada está a ser criada (prudência é a almofada com que dorme).

- Presidente da assembleia:

Referiu que do Relatório e Contas retira os pareceres do revisor com uma preocupação que é patente e tem muito impacto económico nas contas, ou seja, a câmara em 2019 fez

a regularização de mais de 7 milhões de bens que havia por valorizar e estes já estavam por valorizar desde 2002. Portanto, são 18 anos e durante este tempo muitos executivos por aqui passaram. Mas, o relatório refere que existem ainda mais cerca de 7 milhões e isto tem impacto negativo nas contas.

Faz votos para que no final do mandato possam sair e dizer que está tudo regularizado.

Submetido à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor (9 PS e 3 CDS-PP) e 12 abstenções (9 CDU e 2 PSD). (Doc.17)

- Ana Luísa Lourenço fez Declaração de Voto em nome da CDU. (Doc.18)
- Diogo Mourão fez Declaração de Voto em nome do PS, relativamente aos pontos 6 e 7 da Ordem do Dia. (Doc.19)

PONTO 8 – REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020 – 2.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI e AMR) DE 2020

Submetida á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Explicou que as alterações preconizadas no âmbito da Receita, dão nota de que foi introduzido o remanescente do Saldo de Gerência e que por via da alteração à Lei das Finanças Locais foi criada uma rubrica ao nível da participação do IVA e criaram uma rubrica para ativar a garantia bancária da rua da Tacoa.

Disse ainda, que no âmbito do Orçamento da Despesa o valor mais significativo tem a ver com a atualização da massa salarial dos funcionários.

Salientou que o dinheiro da câmara é finito, é público e requer um rigor excecional na gestão das verbas. Torna-se necessário aproveitar candidaturas que se integrem no que é estratégico por parte deste executivo, dando como exemplo a criação de uma ciclovia que ligará a av. 5 de outubro ao Freeport completamente diferente da que estava planeada.

- Luiz Batista:

Voltou uma vez mais a colocar a sua preocupação face à rubrica “Outros”, dado que não consegue perceber por esta quais as obras que serão executadas, porque fica tudo num bolo. Por vezes acontece que tem conhecimento de algumas primeiro através das redes sociais (por arautos que lá as plantam) e não pela câmara que é quem deveria divulgar.

- Presidente da câmara:

Frisou que o deputado Luiz Batista está na mesma linha do deputado Álvaro Costa, porque coloca sempre esta questão, apesar de há já muito tempo conhecer a sua

resposta, que tem a ver com a impossibilidade de desdobrar rubricas de acordo com o POCAL.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor (9 PS e 3 CDS-PP) e 12 abstenções (9 CDU e 2 PSD). (Documento anexo à minuta da ata)

- Andreia Sousa, pelo PSD, fez Declaração de Voto relativamente aos pontos 6,7 e 8 da Ordem do Dia. (Documento anexo à minuta da ata)

PONTO 9 – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O CONTRATO DE CONCESSÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDING EM INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE” – PROC.º N.º 01/20/CP:

- **Início do procedimento**
- **Escolha e aprovação das peças do procedimento**
- **Designação do Júri**
- **Nomeação do gestor do contrato**

Submetida à discussão, o vereador Vasco Pinto com a permissão dos dois presidentes, explicou que o município pretende dotar os seus equipamentos com máquinas de *vending* de produtos alimentares, possibilitando esta dispensa aos colaboradores do município e utilizadores dos espaços.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 10 abstenções (CDU) .(Documento anexo à minuta da ata)

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 20:50 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,